

# É o fim da queda da desigualdade?

**Marcelo Neri**



**A** economia brasileira vem crescendo desde o fim da recessão de 2003. De 2003 a 2009, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi em média de 2,88% ao ano, sendo superada em 1,83 ponto percentual ao ano pela de 4,71% da renda calculada diretamente a partir da PNAD, a perspectiva aqui seguida. Na China e na Índia ocorreu o oposto, o PIB cresceu mais que a das pesquisas domiciliares, o tamanho da goleada de crescimento sofrida pelo Brasil frente a outros Bric depende do tipo de placar. A desigualdade de renda no Brasil vem caindo ano a ano, de 2001 a 2009: a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou em 1,49% ao ano, enquanto a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma notável taxa de 6,79% por ano, incluindo piora em 2009. Nos demais Bric, a

desigualdade embora mais baixa, segue subindo.

Como consequência da manutenção do crescimento inclusivo, o número de pobres segundo a linha da FGV que era 49 milhões de pessoas (classe E) em 2003, cai 20,5 milhões de pessoas até 2009, chegando a 28,8 milhões de pobres. A taxa de pobreza cai de 16,02% para 15,32% entre 2008 e 2009, uma queda de 4,32% em pleno ano de crise. Olhando mais para cima na distribuição, 29 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (Classe C) entre 2003 e 2009, sendo 3,2 milhões no imediato pós-crise. Na soma de estratos econômicos médios e altos sintetizados nas classes ABC foram adicionados 35,7 milhões entre 2003 e 2009, sendo 3,7 milhões no ano de crise. Isso significa que, desde 2003, mais de meia população do Reino Unido foi incorporada às classes ABC.

Os números acima ensejam duas reflexões, uma política e outra econômica. Os 94,9 milhões de brasileiros que estão na Classe C correspondem a 50,5% da população. Isso significa que a nova classe média brasileira não só inclui o eleitor mediano tido como aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas que ela poderia sozinha decidir um pleito eleitoral. Complementarmente, esta

também é a classe dominante do ponto de vista econômico, pois concentram mais 46,24% do poder de compra dos brasileiros em 2009 (era 45,66% em 2008) superando as classes AB estas com 44,12% do total de poder de compra. As demais classes D e E tem hoje 9,65% do poder de compra caindo do nível de 19,79% logo antes do lançamento do plano Real.

**Equidade e crescimento. Nos 12 meses até julho passado, a pobreza caiu 11,3%; a classe C cresceu 3,4%; e a classe AB, 13%.**

Mas como foram os detalhes da dinâmica do bolso do brasileiro no período pós-crise internacional? Dados das famílias sobre os ganhos de renda do trabalho familiares para as seis principais regiões metropolitanas do Brasil mostram que em janeiro de 2009, a crise atingiu os bolsos brasileiros de forma intensa, causando um aumento de 6,8% na pobreza apenas nesse mês. No entanto, desde fevereiro de 2009, o Brasil livrou-se da crise e recuperou seu ritmo de crescimento pré-crise. Se formos além do último valor disponível da PNAD e mesmo do PIB, o Brasil está, agora, superando seu período de ouro anterior:

nos 12 meses terminando em julho de 2010, a pobreza caiu 11,3%; a nova classe média cresceu 3,4%; e a classe AB, 13%. Isto porque a renda está crescendo 25% a mais e a desigualdade 50% a mais que no período de redução de desigualdade compreendido entre 2003 e 2008.

Agora quão sustentável é o recente padrão de crescimento inclusivo tupiniquim? Primeiro, o crescimento robusto do emprego formal, duplicado desde 2004, é o principal símbolo do surgimento da classe média brasileira. Apesar da ausência de qualquer reforma trabalhista e previdenciária significativa do governo, o Caged mostra que o Brasil gerou 1,95 milhão de postos de trabalho formais superando qualquer ano completo da série, nos sete primeiros meses de 2010. Dados os custos de contratação e demissão de trabalhadores anormalmente elevados na legislação do Brasil, as expectativas empresariais são positivas.

Da mesma forma, as evoluções do nível de desigualdade e de anos de escolaridade indicam uma melhoria continuada no futuro. Aumentos nos anos de escolaridade no período 2003-09 são responsáveis por 65,3% do expressivo crescimento de 7,95% ao ano da renda per capita média dos 20% mais pobres no país, correspondendo no extremo oposto da distribuição de

renda a 24% do aumento de 3,66% dos 20% mais ricos.

Àqueles que preveem o final do ciclo de crescimento com redução de desigualdade dos últimos anos, vale lembrar a continuidade desse movimento no Brasil durante a crise e que os 12 últimos meses apresentam aceleração dessa tendência mesmo em relação ao período de ouro, embora ganhando impulso devido à proximidade das eleições. O Brasil ainda enfrenta muitos obstáculos, incluindo um sistema de ensino fraco, baixas taxas de poupança e um emaranhado de obstáculos regulatórios. Mas, para as perspectivas de crescimento inclusivo futuro, o que importa não é o nível absoluto desses fatores, mas como eles evoluem no tempo. Há continuidade da melhora da quantidade educacional com metas futuras de qualidade com a novidade de que a educação passa a figurar no podium de prioridades do brasileiro segundo Ibope e o Datafolha, deixando margem a algum otimismo condicional. O Brasil pode avançar econômica e socialmente e escolher os caminhos certos em direção à sua fronteira de possibilidades.

---

**Marcelo Côrtes Neri**, economista-chefe do Centro de Políticas Sociais e professor da EPGE/FGV. Autor dos livros "Ensaio Sociais", e "Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grammen brasileiro", mcneri@fgv.br.